

Sociedades

D. empresarial

Art. 981 CC → conceito

Art. 983 CC → as sociedades podem ser simples ou empresárias

Art. 982 CC → natureza

os tipos de societários

- sociedade em nome coletivo
- sociedade anônima
- sociedade limitada
- sociedade em comandita simples
- sociedade em comandita por ações

Art. 984 CC → Em especial ao produtor rural, que mesmo que exerça atividade empresarial tem a faculdade (e não a obrigatoriedade) de se registrar na Junta Comercial, de acordo com o art. 984.

► momento de aquisição da personalidade jurídica, diferentemente da pessoa física, na pessoa jurídica se dá com o registro.

↳ registro na Junta Comercial é constitutivo.

↳ o principal efeito da personalização jurídica é a separação patrimonial.

► Enquanto a sociedade empresarial não realizar seu registro, ela é considerada uma sociedade não personificada, sendo regida pelos artigos 986 a 990 do CC.

► Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito poderão provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.

► até que ocorra a regularização, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, de acordo com o art. 1024, aquele que contratou pela sociedade.

► não se fala em benefício de ordem, o sócio que contratar em nome



da sociedade responderá ilimitada e diretamente, ou seja, não há que se falar em benefício da ordem.



títulos de crédito

@beatriznamiestudies

► São denominados títulos de crédito os papéis de uma obrigação e emitidos de conformidade com a legislação específica de cada tipo ou espécie.

art. 887 CC

► Os títulos de crédito obedecem o Princípio da Cartulariedade, Literalidade, Autonomia e ao Princípio da Abstração.

classificação

quanto à circulação: nominal e ao portador

quanto à forma: livres ou vinculados

quanto à estrutura: ordem de pagamento ou promessa de pagamento

quanto à natureza: causais ou abstratos

endosso → É a forma de materializar a transferência do título de crédito nos títulos nominados à ordem.

O endosso, via de regra, ocorre no verso do título, bastando sua assinatura. Caso seja feito no anverso do título será necessário além da assinatura que esse seja especificado.

endosso em branco - não identifica o endossatário; o título passa a circular mediante a mera transferência.

endosso em preto - É necessário identificar o endossatário; o título continua sendo ao portador e para uma nova transferência é necessário um novo endosso.

↳ endossante é quem realiza o endosso e endossatário em nome de quem o endosso é feito.

aval → É uma garantia pessoal e fidejussória que tem a finalidade de dar ao título de crédito uma maior garantia.

O principal efeito do aval é a responsabilidade solidária do avalista pelo título de crédito.

—❤—❤—

via de regra o aval ocorre na parte frontal do título, bastando sua assinatura. Todavia, caso seja feito no verso do título será necessário além da assinatura que esse seja especificado.

▶ o aval é o inverso do endosso

@beatriznamiestudies

protesto → É um ato feito em cartório que tem o objetivo de comprovar certos fatos relevantes sobre a relação cambial.

ex: falta de aceite, de devolução ou de pagamento de um título

títulos de crédito em espécie

@beatriznamiestudies

▶ nota promissória

♥ **conceito:** "A nota promissória é promessa de pagamento, isto é, compromisso solene e escrito, pelo qual alguém se obriga a pagar a outrem certa soma em dinheiro".

É um título de crédito muito utilizado na aquisição de imóveis ou em garantia de financiamentos.

figuras intervenientes

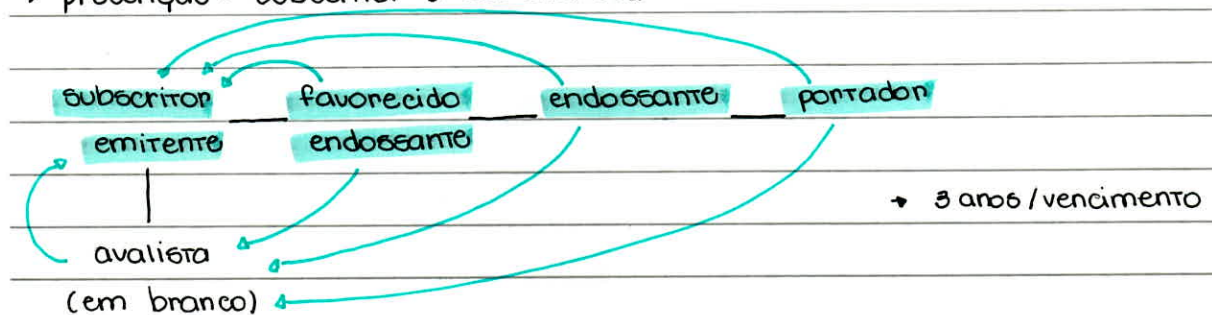
- **subscritor:** é o **EMITENTE** da nota promissória
- **favorecido:** é o **Beneficiário** ou tomador do título

legislação: decreto 2.044/1908 - Lei interna - artigos 54 a 56

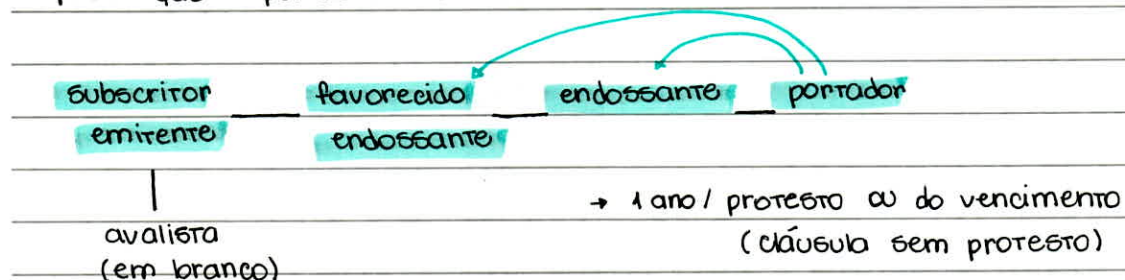
decreto 57.663/66 - Lei Uniforme de Genebra - artigos 15 a 78

PRESCRIÇÃO:

▶ prescrição - subscritor e seu avalista

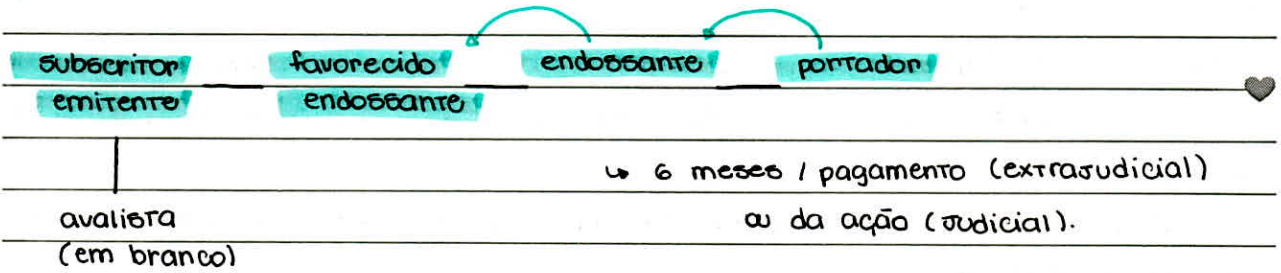


▶ prescrição - portador x endossantes





► prescrição - endossante x endossante



títulos de crédito em espécie

@beatriznamiestudies

cheque:

- ↳ conceito: "cheque é ordem de pagamento à vista, emitida contra um banco, em razão de provisão que o emitente possui junto ao sacado; proveniente dessa de contrato de depósito bancário ou de abertura de crédito."
- ↳ legislação aplicada: Lei nº 7.357/1985 - Lei do cheque
- ↳ fundos: saldo disponível / limite contratual (cheque especial)

requisitos importantes

- o valor deve estar expresso em algarismos e por extenso, caso houver alguma divergência, prevalecerá o extenso;
- É possível que o valor seja corrigido no verso do próprio cheque;
- nome do sacado, local de pagamento, data e local de emissão;
- assinatura do sacador;
- ↳ sacado: o sacado é o banco. Não existe a possibilidade de o banco assumir obrigação cambial. O devedor principal do cheque é, portanto, o emitente.
- ↳ sacador: o sacador é o emitente. Quando a conta é conjunta, temos duas modalidades.
 - 1ª modalidade: os titulares da conta devem assinar o cheque em conjunto.
 - 2ª modalidade: os emitentes podem assinar o título separadamente e não existe solidariedade quanto à emissão de cheques sem fundos.
- ↳ beneficiário: o cheque pode ser emitido ao portador, nominativo com cláusula à ordem ou nominativo com cláusula não à ordem.

- ↳ prova de apresentação: a lei do cheque prevê 3 formas de provar a apresentação e recusa de pagamento: o protesto, carimbo do banco sacado e carimbo da câmara de compensação.

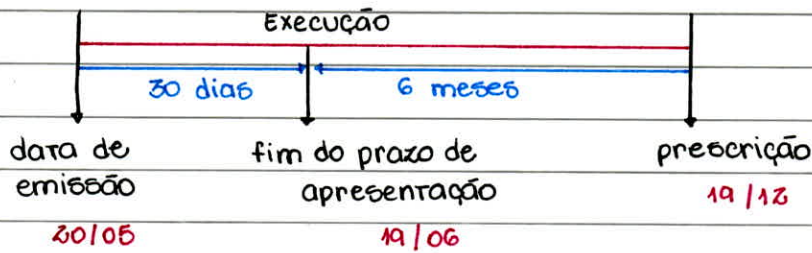
ações cambiais

- ↳ Execução - LC: art. 33, 47 e 59

- apresentação: cheque emitido na praça de pagamento

- ↳ Decreto Lei 1.240/1994 art. 5º

A prescrição ocorre da seguinte forma:



► cheque emitido fora da praça de pagamento a prescrição acontece desta maneira:



► Prescrição da ação de regresso



títulos de crédito em espécie

duplicata

• origem: a duplicata é um título de crédito genuinamente nacional

1ª fase: código comercial (1850): art. 219 e 421

2ª fase: instrumento de fiscalização e cobrança tributária (1914/1932):

- decreto 2.044/1908 (LI): revogou todo o título XVI do código comercial,

inclusive o art. 421.

- IVM - Imposto sobre vendas mercantis (imposto do selo): era de compe-

tência da União até 1934.

3ª fase: lei nº 181/1936:

- autoria de Waldemar Ferreira

- título de emissão obrigatória

- ainda era instrumento de arrecadação e fiscalização de impostos

4ª fase: lei nº 5.474/1968:

- Código Tributário Nacional (1966): IVM foi substituído pelo ICM (hoje ICMS)

- deixou de ser instrumento de arrecadação e fiscalização de impostos

- título de emissão facultativa

5ª fase: Duplicata escritural (atual)

- lei nº 5.474/68 continua em vigor

@beatriznamiestudies

- avanços da informática e das telecomunicações

- protesto e execução da duplicata sem exibição do original do título.

fatutura

• conceito: a fatutura é escrita unilateral do vendedor e acompanha as mercado-

rias, objeto do contrato, ao serem entregues ou expedidas. Ela não é mais

do que o nota descritiva dessas mercadorias, com indicação da quantidade,

qualidade, preço e outras circunstâncias de acordo com os usos da praça.

- nota fiscal: convênio firmado entre o ministério da fazenda e as secreta-

rias estaduais da fazenda. Documento único: direito comercial: efeitos da

fatutura mercantil e direito tributário: efeitos da nota fiscal

- lei de duplicatas: § 1º - A fatutura discrimina as mercadorias vendidas ou,

quando convier ao vendedor, indicará somente os números e valores das no-

tas parciais expedidas por ocasião das vendas, despachos ou entregas

das mercadorias.

títulos de crédito em espécie

duplicata

@beatriznamiestudies

► origem: a duplicata é um título de crédito genuinamente nacional

1ª fase: código comercial (1850): art. 219 e 427

2ª fase: instrumento de fiscalização e cobrança tributária (1914/1932):

- decreto 2.044/1908 (LI): revogou todo o título XVI do Código Comercial, inclusive o art. 427.

- IVM - Imposto sobre vendas mercantis (imposto do selo): era de competência da União até 1934.

3ª fase: Lei nº 187/1936:

- autoria de Waldemar Ferreira
- título de emissão obrigatória
- ainda era instrumento de arrecadação e fiscalização de impostos

4ª fase: Lei nº 5.474/1968:

- Código Tributário Nacional (1966): IVM foi substituído pelo ICM (hoje ICMS)
- deixou de ser instrumento de arrecadação e fiscalização de impostos
- título de emissão facultativa

5ª fase: Duplicata escritural (atual)

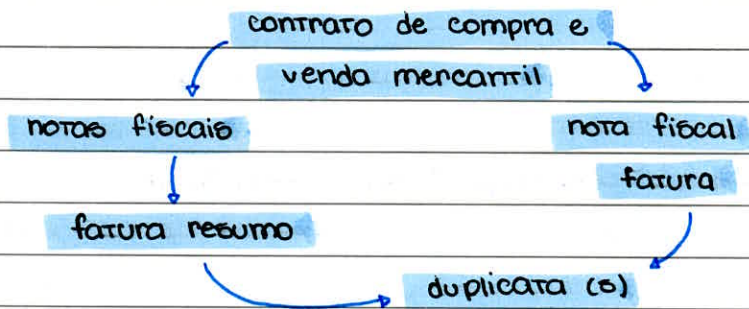
- Lei nº 5.474/68 continua em vigor
- avanços da informática e das telecomunicações
- protesto e execução da duplicata sem exibição do original do título.

fatura

► conceito: a fatura é escrita unilateral do vendedor e acompanha as mercadorias, objeto do contrato, ao serem entregues ou expedidas. Ela não é mais do que a nota descritiva dessas mercadorias, com indicação da quantidade, qualidade, preço e outras circunstâncias de acordo com os usos da praça.

- nota fiscal: Convênio firmado entre o Ministério da Fazenda e as Secretarias Estaduais da Fazenda; Documento Único: direito comercial: efeitos da fatura mercantil e direito tributário: efeitos da nota fiscal

- lei de duplicatas: § 1º - A fatura discriminará as mercadorias vendidas ou, quando convier ao vendedor, indicará somente os números e valores das notas parciais expedidas por ocasião das vendas, despachos ou entregas das mercadorias.



@beatriznamiestudies

A duplicata é um título de crédito causal, representativo da compra e venda de mercadorias, que possibilita a circulação e a cobrança do crédito correspondente a essa operação mercantil.

Recuperação Judicial

A recuperação judicial surgiu diante do efeito de prejuízos que a falência de uma empresa nas mais diversas ordens.

▶ **NÃO PODEM** pedir falência ou recuperação judicial:

@beatriznamiestudies

- empresa pública e sociedade de economia mista;
- instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores;
- associações;
- cooperativas;

▶ **Produtor rural**: só poderá pedir recuperação ou falência caso seja registrado como empresário; precisa comprovar 03 anos de atividade e não de inscrição na Junta comercial.

Requisitos Materiais **cumulativos** da recuperação judicial:

- exercer regularmente suas atividades há mais de 3 anos;
- não ser falido e, se foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;
- não ter, há menos de 5 anos, obtido concessão de recuperação judicial;
- não ter, há menos de 5 anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste capítulo;
- não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta lei.

▶ **O processamento do pedido de recuperação judicial se dá da seguinte forma**: verificação e habilitação de créditos; apresentação do plano de recuperação; apresentação de eventuais objeções dos credores; deliberação da Assembleia Geral de credores; apresentação da CVD; concessão da recuperação judicial;

▶ A **consequência** do deferimento da recuperação judicial é a **suspensão da**

—♥—♥—

prescrição e das ações de execução em face do devedor por 180 dias.

@beatriznamiestudies

▶ ocorrerá a convolação da recuperação judicial em falência se nos primeiros 3 anos houver descumprimentos do plano de recuperação.

↳ convolação, no direito, consiste em se passar de um estado civil p/ outro. Portanto, no caso da recuperação judicial em falência consiste na rejeição da primeira p/ o estado de falência.

▶ A empresa em recuperação judicial pode participar de licitações, desde que comprove viabilidade econômica e financeira.

Contratos mercantis

@beatriznamiestudies

O contrato mercantil é um tipo de contrato celebrado entre empresários, ou ainda, ambos os contratantes exercem atividade empresarial.

atenção aos contratos de franquia e de arrendamento mercantil.

↳ O contrato de franquia é regido pela lei nº 8.955/94.

► No contrato de franquia o franqueador cede ao franqueado o direito de comercializar produtos ou marcas de sua propriedade, mediante remuneração previamente ajustada, sem que as partes estejam ligadas por um vínculo de subordinação.

► NÃO EXISTE vínculo empregatício entre o franqueador e o franqueado.

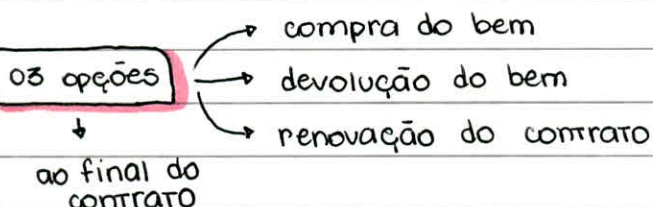
► Sobre o contrato de franquia: será sempre oneroso, bilateral, escrito e com 2 testemunhas; há cessão de aviamento empresarial; sempre que o empresário estiver interessado em conceder uma franquia deve oferecer ao interessado em tornar-se franqueado a circular de oferta de franquia; A circular de oferta de franquia (COF) deve ser entregue ao franqueado no mínimo 10 dias antes da assinatura do contrato.

► O descumprimento dessa regra ou o fornecimento de informações falsas, dá ao franqueado o direito de anular o contrato, bem como de exigir a devolução da quantia paga, além das perdas e danos.

► A extinção do contrato pode se dar pelo término do prazo avançado, por livre acordo entre as partes ou pelo descumprimento de cláusula contratual.

► O contrato de arrendamento mercantil é regido pela lei 6.099/74.

↳ É um contrato oneroso e bilateral, no qual uma pessoa jurídica por tempo determinado e mediante pagamento de prestações periódicas.





→ **os espécies de contrato** de arrendamento mercantil ou leasing.

- **leasing financeiro**: modalidade pura de arrendamento mercantil, que envolve as 3 partes: o arrendatário, a arrendadora e a fornecedora.

- **leasing operacional**: é quando o bem, objeto do contrato, já pertence à arrendadora.

- **lease do retorno**: se dá quando o proprietário de um bem vende a empresa arrendadora, que por sua vez, arrenda ao antigo proprietário.

↳ Esse aqui é utilizado quando o arrendatário precisa de capital de giro.

